



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

P. 25.123/NCP

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PEIXE FRESCO, MARISCO, MOLUSCOS e BIVALVES

PARA AS UNIDADES HOTELEIRAS

ÍNDICE DO TEXTO

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA | OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA | ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA TERCEIRA | ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

CLÁUSULA QUARTA | ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA QUINTA | PLATAFORMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA SEXTA | CONCORRENTES E AGUPAMENTOS

CLÁUSULA SÉTIMA | PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

CLÁUSULA OITAVA | CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DESEMPATE

SECÇÃO II – FASE DE ENTREGA DAS PROPOSTA

CLÁUSULA NONA | ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA | PROPOSTAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA | IDIOMA DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA | MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

SECÇÃO III – FASE POSTERIOR À ENTREGA DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA | LISTA DE CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA | ANÁLISE DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA | ESCLARECIMENTOS SOBRE PROPOSTAS

SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA | NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA | PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA | NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA | FALSIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA | CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

SECÇÃO V – CONTRATO E CAUÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA | RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA | CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA | CAUÇÃO

SECÇÃO VI – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA | RECURSO AO AJUSTE DIRETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I do CCP - Declaração modelo de acordo com o estipulado na alínea a), n.º 1, do art. 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Anexo II do CCP – Declaração modelo de acordo com o estipulado a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do Código dos Contratos Públicos.

Anexo IV - (DEUCP – Documento Europeu único de Contratação Pública)

MATRIZ COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS LOTES

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA | OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O objeto do contrato, consiste, de acordo com o caderno de encargos e as suas especificações técnicas, na aquisição de **peixe fresco, marisco, moluscos e bivalves**, nos seguintes termos:

LOTE	Peixe fresco, marisco, moluscos e bivalves (quantidades e características descritas na Matriz)	PB TOTAL – 223 449,50 €
1	Peixe Fresco – Vila Nova da Cerveira	23 107,00 €
2	Peixe Fresco – Santa Maria da Feira	1 938,00 €
3	Peixe Fresco – Vila Ruiva	1 746,00 €
4	Marisco, Moluscos e Bivalves – Vila Ruiva	1 100,00 €
5	Peixe Fresco – S. Pedro do Sul	36 412,00 €
6	Peixe Fresco – Foz do Arelho	25 590,00 €
7	Marisco, Moluscos e Bivalves – Foz do Arelho	3 700,00 €
8	Peixe Fresco - Oeiras	9 687,50 €
9	Marisco, Moluscos e Bivalves - Oeiras	680, 00 €
10	Peixe Fresco – Castelo de Vide	3 262,50 €
11	Peixe Fresco – Costa da Caparica	1 267,50 €
12	Marisco, Moluscos e Bivalves – Costa da Caparica	220,00 €
13	Peixe Fresco – Albufeira - Albufeira	103 994,00 €
14	Marisco, Moluscos e Bivalves - Albufeira	10 745,00 €
<p>a. O peso a considerar por cada produto é o peso líquido.</p> <p>b. Em relação ao peso a menção +/- refere-se a uma tolerância de 10%, no entanto o preço a apresentar terá que ser sempre convertido para a referência indicada na Matriz. O proponente, caso pretenda apresentar unidades com um peso diferente do solicitado (dentro da tolerância referida), deverá apresentar o preço da unidade proposta e o preço convertido para a unidade com o peso solicitado, com duas casas decimais (sendo que se forem apresentadas mais casas decimais não serão consideradas).</p> <p>c. Os alimentos devem ser fornecidos de acordo com as normas comunitárias para o setor, no que respeita à embalagem, transporte e demais condições higieno-sanitárias. Os registos de temperatura do transporte deverão ser apresentados no momento de entrega da mercadoria;</p> <p>d. A entrega dos bens deve ser efetuada de acordo com as condições, - 1 dia útil - para o endereço(s).</p> <p>e. Os alimentos que revelem, no decorrer da preparação ou mesmo na sua confeção, cheiro, sabor a ranço ou quaisquer outras alterações que coloquem em causa a higiene e segurança alimentar, serão devolvidas, seja qual for o seu estado de preparação culinária;</p> <p>f. Em caso de não recolha 72h após comunicação serão enviadas para o lixo e imputado o custo ao fornecedor;</p> <p>g. A entrega deve respeitar os horários da receção de mercadorias das Unidades Hoteleiras.</p>		

-
2. Os produtos encontram-se identificados na MATRIZ anexa ao presente procedimento, sendo que será excluída a proposta para um lote que não respeite todos os produtos, características e as quantidades pedidas.
 3. No âmbito do presente procedimento, o contrato terá início estimado com a NOTIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e uma execução de **6 meses**, sem prejuízo da abertura à modificação objetiva de extensão do procedimento por 2 meses caso não tenham sido esgotadas as quantidades/valores contratualizados.

CLÁUSULA SEGUNDA | ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade contratante é a Fundação INATEL, sita na Calçada de Sant'ana, n.º 180, Lisboa, com os números de telefone – 210027000 e de fax – 210027027 e com endereço eletrónico www.inatel.pt.
2. É responsável pela contratação o **Núcleo de Contratação Pública**.
3. As comunicações destinadas à entidade adjudicante e ao júri do procedimento, no âmbito do procedimento em questão, devem ser interpostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante – ACINGOV.

CLÁUSULA TERCEIRA | ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, é o Conselho de Administração da Fundação INATEL.
2. O Conselho de Administração da Fundação INATEL, tomou a decisão de contratar o objeto do contrato devidamente especificado no Caderno de Encargos, através de despacho tendo sido posteriormente publicado na II Série do Diário da República e no JOUE.

CLÁUSULA QUARTA | ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A tipologia do procedimento adotada é a de Concurso Público Internacional ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA QUINTA | PLATAFORMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A plataforma de contratação pública contratualizada pela Fundação INATEL é a **ACINGOV**, devendo os interessados em caso de dúvida contactar a Linha de Apoio ao Cliente.

CLÁUSULA SEXTA | CONCORRENTES E AGUPAMENTOS

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser candidatos ou concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, enquanto Agrupamento Complementar de Empresas.

CLÁUSULA SÉTIMA | PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela presente aquisição de bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos de **223 449,50 € (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos)**, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço não é revisível durante a execução de contrato, senão nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA OITAVA | CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DESEMPATE

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, em que o único aspeto da execução do contrato a avaliar será o preço, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. O critério de desempate será o do sorteio, sendo que o júri notifica os com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data e da hora do local da sua realização:
 - a. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - b. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - c. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

SECÇÃO II – FASE DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA NONA | ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser colocados por escrito através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, até ao último dia do prazo fixado para a apresentação das propostas, se este for inferior a 9 (nove) dias e, até ao primeiro terço do prazo para apresentação de propostas, se for superior a esse prazo.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados, por escrito, pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, bem como a pronuncia sobre listas de erros e omissões, restritas a respostas que não constituam alteração ao caderno de encargos, nos termos legalmente aplicáveis.
3. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de acordo com o art.º 50º do CCP.

CLÁUSULA DÉCIMA | PROPOSTAS

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deve entregar os documentos que a seguir se enunciam:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos e respetivos anexos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP constante do Programa do Procedimento.
 - b. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, declaração que atesta a aptidão, a situação financeira e as capacidades da sua empresa. Para o efeito, disponibiliza-se o citado documento em versão PDF e ficheiro XML, ou através do seguinte link <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, possibilitando assim aos concorrentes, a escolha do formato que pretendem utilizar para a sua proposta.
3. Na proposta o concorrente deve indicar os elementos e/ou documentos que a seguir se enunciam:
 - a. Preço **total** a que concorre, líquido de IVA;
 - b. Indicação dos preços unitários dos produtos, com o **máximo de duas casas decimais (serão desconsideradas restantes casas decimais não sendo feitos arredondamentos)**, por Unidade de Medida de Compra, caso a Unidade de Medida de Compra seja diferente da utilizada nos Anexos;
 - c. Indicação do preço **total da proposta**, líquido e com IVA;
 - d. Indicação da Unidade de Medida de Compra, por produto;
 - e. Códigos EAN (se aplicável) e/ou referências dos produtos;
 - f. O concorrente deverá entregar documento comprovativo ou declaração, em como possui o **sistema de HACCP ou equivalente** devidamente implementado.
 - g. Indicação do prazo de entrega dos bens, apenas em dias/dia (inteiros), em todos os locais referidos na Matriz dos Lotes, de acordo com os lotes a que concorre, não podendo ser superior a 3 dias úteis após a remessa dos Pedidos de Compra para adjudicatário. No caso de não ser indicado prazo de entrega dos bens, ter-se-á em conta o prazo máximo indicado para cada lote (penalidades poderão ser aplicadas caso haja incumprimento).
3. Integram ainda a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis ou relevantes à apreciação dos aspetos da execução do contrato.
4. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 dias contados da data do termo fixado para apresentação das propostas.
5. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos nem Propostas Variantes.
6. Deve o concorrente ainda juntar à sua proposta a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para

identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções e indicação/Procuração habilitante de quem assina a Proposta e seus documentos. Servirá igualmente para aferição do cumprimento do artigo 70.º, n.º 2, alínea g), do CCP e dos princípios da transparência, igualdade e concorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA | IDIOMA DOS DOCUMENTOS

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais, com exceção da utilização de frases curtas ou designações técnicas ou científicas, casos em que poderão ser utilizados outros idiomas.
2. É permitido a apresentação de certificados em língua inglesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA | MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, conforme disposto na cláusula anterior deverão ser apresentadas na plataforma da entidade adjudicante até ao termo do prazo indicado na folha de rosto do presente documento.
2. A proposta e todos os documentos que a constituem devem ser apresentados datilografados ou processados informaticamente, sem rasuras ou palavras entrelinhadas, assim como devem ser assinados pelo concorrente ou seu representante legal utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, conforme disposto no artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

SECÇÃO III – FASE POSTERIOR À ENTREGA DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA | LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS

1. No dia útil imediato à data limite para a apresentação das propostas na Fundação INATEL, sita na Calçada de Sant'Ana, em Lisboa, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes que será disponibilizada na plataforma.

2. Através do *login* e *password* atribuídos aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrônica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes, pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA | ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos seus fatores que densificam o critério de adjudicação, e os termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que não apresentam todos os documentos e elementos indicados no presente Programa de Procedimento;
 - b. Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d. Que o preço contratual seja superior ao preço base;
 - e. Que o contrato a celebrar implique a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f. Que haja fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras da concorrência;
 - g. Quando se verifiquem algumas das situações previstas nos n.ºs 2 e 3 do art.º 146.º do CCP.
3. O júri do procedimento no âmbito das suas atribuições elaborará o Relatório Preliminar, e não havendo pronúncias elaborará o Relatório Final que será submetido ao órgão com competência para contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA | ESCLARECIMENTOS SOBRE PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a. A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b. A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c. A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.os 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
6. A não resposta aos esclarecimentos solicitados e respetiva entrega ou retificação dos documentos representa uma **contraordenação grave** nos termos da alínea e) do artigo 457.º do CCP cuja comunicação ao IMPIC é obrigatória.

SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA| NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O concorrente será notificado da decisão de adjudicação até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas que é de 90 dias.

2. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para apresentação dos seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do Programa do Procedimento (referente ao Anexo II do CCP).
 - b. [Registo Central do Beneficiário Efetivo \(RCBE\)](#)
 - c. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art. 55º do CCP (*certidão do registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social, comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal*).
 - d. Indicação do/dos outorgantes e do gestor do contrato e contactos por parte do adjudicatário.
4. Quando se trate de documentos que se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária para aceder a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA| PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de notificação da adjudicação, todos os documentos de habilitação indicados no presente Programa do Procedimento, bem como, a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam conduzir à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
2. Caso se verifique que a demora na apresentação dos documentos não é imputável ao adjudicatário, pode a entidade adjudicante conceder um prazo adicional, em função das razões invocadas e sob pena de caducidade da adjudicação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA| NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente e aciona a tramitação da caducidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA | FALSIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a apresentação culposa de falsas declarações, determina a caducidade da adjudicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA | CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a. Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respectivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.

SECÇÃO V – CONTRATO E CAUÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA | RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao procedimento.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA | CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O adjudicatário será notificado para aceitação da minuta do contrato, após a aprovação da respetiva minuta pelo Conselho de Administração da entidade adjudicante.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato nunca será celebrado antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA | CAUÇÃO

1. Não é exigida caução para cumprimento das obrigações legais e contratuais.
2. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pode a entidade adjudicante proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do art. 88º do CCP.

SECÇÃO VI – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA | RECURSO AO AJUSTE DIRETO

A entidade adjudicante prevê recorrer ao ajuste direto em função de critérios materiais previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP, caso todas as propostas apresentadas sejam excluídas ou não tenham sido apresentadas propostas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no *Código dos Contratos Públicos* (CCP), na sua versão atual, e demais legislação aplicável.